

DESNUTRIÇÃO E POBREZA NO BRASIL: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

EDGARD LUIZ G. ALVES *

RESUMO

O artigo discute a importância da renda como determinante da desnutrição, em comparação com outras variáveis freqüentemente aventadas como explicativas, tais como hábitos alimentares e nível educacional.

SUMMARY

O article discusses the importance of income as a determinant factor of malnutrition, comparing to other variables usually mentioned in the literature, as is the case of educational level and eating habits.

1. INTRODUÇÃO

A situação alimentar atual no Brasil evidencia que, sem dúvida, este é o mais grave e o mais sério problema social existente não só devido às consequências nefastas que acarreta como principalmente porque atinge um vasto segmento de nossa população.

O agravamento da desnutrição se deu concomitantemente com a ocorrência de elevadas taxas de crescimento econômico no país, o que tem gerado um amplo debate crítico sobre o padrão de desenvolvimento adotado (1).

Estas notas não têm o objetivo de analisar o processo de crescimento recente e suas implicações sobre as condições de vida; pretendem somente apresentar o quadro atual da desnutrição no Brasil e discutir o papel e a relevância das variáveis que influem nessa situação.

Para tal, serão utilizados, basicamente, os dados do ENDEF — Estudo Nacional da Despesa Familiar

* Da FIFE — Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e do Grupo Multidisciplinar de Nutrição do IMPEP — Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina.

(1) Uma discussão mais profunda sobre os efeitos do padrão de acumulação sobre as condições de vida da população pode ser encontrada no artigo de Carlos Baldijão «A desnutrição e o processo de acumulação de capital», publicado neste Caderno.

realizado pela FIBGE — Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1974/75, principalmente os referentes ao consumo alimentar.

2. A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O problema nutricional sempre foi objeto de estudo de profissionais da área das ciências da saúde. Recentemente, porém, essa preocupação volta-se para a área das ciências sociais, com vistas a equacionar o problema à luz do contexto sócio-econômico ou ainda do padrão de desenvolvimento econômico.

Do ponto-de-vista da solução para o problema os dois enfoques considerados levam a soluções diversas: no primeiro, desnutrição é vista como “doença” e a solução é buscada no campo da medicina: o uso de um “remédio” adequado (há vários programas de nutrição que se utilizaram e se utilizam desse enfoque); esse caminho atinge somente o “paciente” sem modificar o contexto sócio-econômico que propicia o aparecimento da desnutrição.

O segundo enfoque engloba um conjunto bem mais amplo de soluções que vislumbra desde o problema da oferta de alimentos in natura e industrializados, sua comercialização e distribuição, até os aspectos relacionados ao seu consumo.

Existe uma série de estudos (Alves, 1977 e 1978; Dieese, 1973; Monteiro, 1977 e Vieira, 1976) que analisam a importância relativa das variáveis que influem

no consumo alimentar da população e, por conseguinte, no estado nutricional da população. Esses estudos consideram as seguintes variáveis: nível de instrução, hábitos e tabus alimentares, tamanho da família e renda familiar.

Grosso modo pode-se considerar que as variáveis em foco centram a discussão em termos de que a desnutrição deve-se às condições de pobreza e/ou à ignorância da população.

Quando a ênfase recai sobre a possível ignorância da população-baixo nível de instrução, hábitos e tabus alimentares — o conjunto de soluções possíveis volta-se para programas de educação nutricional com vistas a corrigir hábitos e tabus e orientar o consumo alimentar; por outro lado, se os estudos concluem ser a pobreza a causa da desnutrição, as soluções contemplam o largo espectro de medidas que buscam a melhor distribuição de renda.

Em nenhum dos estudos citados encontrou-se uma relação causal importante entre desnutrição e grau de instrução da população; com relação aos tabus alimentares é sabido que no caso brasileiro eles inexistem e por fim, quanto aos hábitos, em qualquer região os produtos consumidos não acarretam problemas de ordem nutricional (2). Enfim, a argumentação acerca da importância dessas variáveis não resiste sequer às evidências empíricas existentes para o Brasil.

Cabe alguns comentários adicionais sobre o papel dessas variáveis: é possível acreditar que o grau de instrução passa a ter sua importância a partir do momento que o indivíduo atinge a renda mínima que lhe permite comprar a cesta básica de alimentos que assegure o fornecimento de suas necessidades nutricionais.

Isto é, se a renda permite ao indivíduo satisfazer suas necessidades e ele não o faz, configura-se um comportamento "ineficiente" e aí é provável que uma política orientada de educação nutricional resolva o problema. Assim, esse tipo de política só irá solucionar o problema da desnutrição quando a população tiver garantida a renda mínima para aquisição de alimentos. Entretanto não parece ser esse o caso brasileiro.

Como se verá mais adiante, os hábitos alimentares são bastante semelhantes em todas as regiões, guardadas as diferenças locais, e mais, o conteúdo da cesta básica não apresenta nenhuma distorção alimentar relevante.

Não parece haver dúvida de que desnutrição está associada à pobreza, sendo a baixa renda auferida pela maior parte da população brasileira a causa principal (determinante) da desnutrição, enquanto os ou-

tros fatores desempenham um papel secundário (agravante) do problema; essa conclusão é corroborada por todos os trabalhos mencionados.

Embora os estudos sejam conclusivos a respeito do papel da renda, há quem interprete isso de maneira errônea: situam-se aqui aqueles que advogam que a redistribuição de renda não resolveria o problema da fome pois o pobre é "irracional" nas suas compras; há também aqueles que mesmo aceitando a tese acima argumentam que a redistribuição de renda é impossível a curto e médio prazo: suas proposições então não atingem a estrutura sócio-econômica e tendem a ser (como as demais) de caráter paliativo.

A afirmação sobre a irracionalidade da população pobre também não encontra suporte na realidade: a Tabela 1 apresenta dados sobre a cesta de alimentos para as famílias adequadas e não adequadas nutricionalmente para o município de São Paulo. Observa-se que, com ligeiras alterações, a composição da cesta e a importância relativa de cada alimento é a mesma; o que impede as famílias pobres de satisfazerem suas necessidades nutricionais é a quantidade de alimento ingerido devido ao diferencial de renda. Em outros termos, a diferença fundamental é o baixo poder aquisitivo que limita a quantidade comprada de alimentos (3).

Outro ponto importante que convém esclarecer é o significado de uma política de redistribuição de renda. O tipo de política econômica capaz de alterar o quadro de desnutrição no país de maneira duradoura é aquele que aumenta a renda real da população. Aumentos na renda nominal per se não garantem necessariamente uma melhora no estado nutricional da população, principalmente numa economia com tendências inflacionárias, onde os aumentos de preços, principalmente os de alimentos, às vezes anulam ou mesmo invertem a redistribuição desejada.

Assim, somente aumentos no salário real (4) é que permitirão melhorar as condições de vida da população. Nesse sentido, o combate à desnutrição é uma decisão política que envolve uma decisão da sociedade em mudar seu padrão de desenvolvimento, que seria consubstanciado por uma alteração do perfil de

(2) Esses argumentos poderão ser comprovados adiante.

(3) O artigo de Alves (1977), também compara a cesta de alimentos por outros critérios — por importância no consumo de calorias e de proteínas — e a conclusão é a mesma. Kirsten, J.T. (1977), calcula os valores de elasticidades-renda para vários alimentos e por faixas de renda. As elasticidades encontradas para as famílias mais pobres são significativamente maiores que as demais, que corrobora a afirmativa de que aumentos de renda têm um forte impacto positivo no estado nutricional das pessoas.

(4) Salário real entendido como o volume de bens físicos e de serviços que a sociedade é capaz de produzir e por à disposição de sua força-de-trabalho para consumo imediato.

TABELA 1

CESTA DE ALIMENTOS POR ORDEM DECRESCENTE DE IMPORTANCIA DO PRODUTO
NO TOTAL DE GASTOS EM ALIMENTAÇÃO

PRODUTOS	nº de Ordem	FAMÍLIAS ADEQUADAS (1)			FAMÍLIAS NÃO ADEQUADAS (2)			
		Quantidade Comprada	% em Relação ao Total de Gastos	% Acumulada	nº de Ordem	Quantidade Comprada	% em Relação ao Total de Gastos	% Acumulada
Carne de Vaca (g)	1	79,5	14,01	14,01	1	42,5	12,02	12,02
Arroz (g)	2	131,4	7,31	21,32	2	104,3	11,63	23,70
Pães (g)	3	94,0	5,94	27,26	3	62,1	8,10	31,80
Leite (ml)	4	252,8	4,24	32,70	4	135,0	6,19	37,99
Óleo (g)	5	42,7	5,44	36,94	5	24,5	4,39	42,83
Carne de Frango/Galinha (g)	6	28,1	3,88	40,82	10	10,0	2,93	45,81
Ovos (unid.)	7	0,6	2,98	43,80	9	0,3	3,20	49,01
Cafê (g)	8	19,4	2,88	46,68	7	13,1	4,25	53,26
Feijão (g)	9	51,0	2,60	49,28	6	42,8	4,45	57,71
Açúcar (g)	10	88,9	2,39	51,67	8	53,9	3,23	60,94
Laranja (unid.)	11	0,6	2,18	53,85	11	0,4	2,17	63,11
Queijo (g)	12	7,9	1,94	55,79	21	1,7	0,93	64,04
Tomate (g)	13	57,3	1,77	57,56	12	31,9	2,01	66,05
Batata (g)	14	68,3	1,76	59,32	13	36,6	2,07	68,12
Refrigerante (g)	15	22,8	1,74	61,06	19	5,8	0,98	69,10
Macarrão (g)	16	15,9	1,64	62,70	14	9,8	1,95	71,05
Cerveja (g)	17	22,4	1,42	64,12	24	5,9	0,84	71,89
Maça (unid.)	18	0,1	1,19	65,31	17	0,04	1,03	72,92
Frios (g)	19	5,2	1,16	66,47	32	1,1	0,53	73,45
Bananas (unid.)	20	0,6	1,15	67,62	15	0,4	1,61	75,06
Linguiça (g)	21	5,1	1,13	68,75	20	2,3	0,98	76,04
Carne de Porco (g)	22	5,3	1,06	69,81	25	2,2	0,82	76,86
Pescado (g)	23	9,8	1,03	70,84	30	6,8	0,58	77,44

Fonte: Alves E.L.G. "Nível Alimentar, Renda, Educação" - REE-vol.7, nº 2

(1) Renda Média = Cr\$ 517,11

(2) Renda Média = Cr\$ 244,99

investimentos (mais dirigidos para os bens de consumo de massa), o que levaria a uma alteração no perfil de distribuição de renda.

É com base nesse posicionamento do problema que será feita a seguir a análise do consumo alimentar.

3. O CONSUMO ALIMENTAR NO BRASIL

As Tabelas 2 e 3 apresentam, respectivamente, o consumo de calorias e de proteínas per capita para as seguintes regiões amostradas:

Região I — Rio de Janeiro

Região II — São Paulo

Região III — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Região IV — Espírito Santo e Minas Gerais

Região V — Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia

Região VI — Distrito Federal

Região VII — Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Goiás e Mato Grosso.

Essas tabelas referem-se, como já foi ressaltado, a uma pesquisa de consumo alimentar realizada em 60.000 domicílios em todas as regiões do país. Os dados sobre o consumo alimentar foram coletados através do método de "pesada de alimentos", sendo que cada família foi visitada durante 7 dias, quando eram registradas as compras e o conteúdo de cada refeição (excluíram-se os conteúdos das refeições tomadas fora do domicílio)⁽⁵⁾.

As necessidades nutricionais são calculadas em termos da média das idades dos indivíduos pesquisados. Para efeito de análise usar-se-á o índice de ingestão (consumo líquido) per capita que reflete a taxa de cobertura (ingestão/necessidades).

(5) Esse procedimento subestima o consumo alimentar das famílias de maior poder aquisitivo, pois os gastos com refeições fora do domicílio crescem em proporção com o crescimento da renda (ver Alves, 1975).

TABELA 2
ESTRUTURA DO CONSUMO CALÓRICO - BRASIL - 1975

GRUPO DE ALIMENTOS	CONSUMO DE CALÓRIAS POR COMENSAL - DIA													
	RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL		MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO		MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE, BAHIA		DISTRITO FEDERAL		RONDÔNIA, ACRE, PARÁ, AMAZONAS, RORAIMA, AMAPÁ, MATO GROSSO, GOIÁS	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Cereais e Derivados	790	37,05	861	39,51	991	40,96	844	38,16	518	26,03	787	39,65	696	36,11
Tubérculos, Raízes e Similares	98	4,61	48	2,20	143	5,91	140	5,90	496	25,09	59	2,98	267	13,87
Açúcares e Derivados	315	14,79	303	13,92	313	12,95	367	16,59	211	10,91	251	12,66	205	10,64
Leguminosas e Oleaginosas	192	9,00	193	8,85	212	8,78	259	11,72	324	16,80	192	9,68	143	7,43
Legumes e Verduras	79	3,75	78	3,57	73	3,04	75	3,42	10	0,53	23	1,14	15	0,78
Frutas	50	2,35	43	1,98	37	1,54	32	1,46	35	1,82	45	2,28	43	2,25
Carnes e Pescados	206	9,65	184	8,45	205	8,46	144	6,51	179	9,24	170	8,55	214	11,12
Ovos, Leite, Queijos, Óleos e Gorduras	425	19,94	496	22,75	471	19,46	397	17,96	148	7,56	440	22,14	326	16,94
Bebidas e Diversos	77	3,65	74	3,38	25	1,03	13	0,60	10	0,53	19	0,93	17	0,86
Total de Consumo	2.133	100,00	2.180	100,00	2.419	100,00	2.217	100,00	1.931	100,00	1.995	100,00	1.926	100,00
Necessidades	2.008	100,00	2.071	100,00	2.206	100,00	2.004	100,00	1.823	100,00	1.910	100,00	1.855	100,00
Excedente	2.066	102,92	2.124	102,55	2.361	102,00	2.151	107,36	1.899	104,15	1.945	101,78	1.882	101,42

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1977.

TABELA 3
ESTRUTURA DO CONSUMO PROTEICO - BRASIL - 1975

GRUPO DE ALIMENTOS	CONSUMO DE CALÓRIAS POR COMENSAL - DIA													
	RIO DE JANEIRO		SAO PAULO		PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL		MINAS GERAIS, ESPÍRITO SANTO		MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE, BAHIA		DISTRITO FEDERAL		RONDÔNIA, ACRE, PARÁ, AMAZONAS, RORAIMA, AMAPÁ, MATO GROSSO, GOIÁS	
	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%	QUANTIDADE (g)	%
Cereais e Derivados	20	29,40	21	31,91	26	36,04	20	34,78	13	21,65	19	30,25	17	28,22
Tubérculos, Raízes Similares	1	1,63	1	1,13	2	2,22	1	1,70	3	4,25	1	1,04	2	2,49
Açúcares e Derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Leguminosas e Oleaginosas	12	18,14	13	18,92	14	19,14	17	28,82	21	35,13	12	19,45	9	15,24
Legumes e Verduras	1	1,85	1	1,99	1	1,43	1	1,78	-	-	1	1,51	1	1,08
Frutas	1	0,98	1	0,89	-	-	-	-	1	0,84	1	0,92	1	0,93
Carnes e Pescados	23	33,94	20	29,60	19	26,85	12	20,48	18	29,59	19	30,20	26	42,70
Ovos, Leite, Queijos, Óleos e Gorduras	9	12,72	9	13,98	9	12,53	6	10,23	4	6,94	10	15,30	5	8,05
Bebidas e Diversos	1	1,11	1	1,32	1	1,08	1	1,15	1	0,83	1	1,10	1	1,11
Total de Consumo	68	100,00	66	100,00	72	100,00	59	100,00	61	100,00	64	100,00	60	100,00
Necessidades	30	100,00	31	100,00	31	100,00	30	100,00	29	100,00	28	100,00	27	100,00
Ingestões	65	218,05	64	209,10	70	225,21	57	188,93	60	209,21	62	219,65	59	216,78

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1977.

Em primeiro lugar, observa-se que para todas as regiões a média de ingestão calórica per capita é praticamente idêntica às suas necessidades: ou seja, os indivíduos, em média, estão consumindo exatamente o que necessitam. As regiões III e IV são as que apresentam a maior taxa de cobertura da amostra, que mesmo assim é apenas 7% a mais das necessidades (requerimentos mínimos nutricionais).

Quanto a proteínas, o quadro III revela uma situação bem mais favorável: praticamente em todas as regiões a ingestão protéica representa o dobro das necessidades: basta verificar que a menor taxa observada é a da região IV - 189%.

Esses resultados requerem alguns comentários adicionais. Primeiro, confirmam o que se observou em outras pesquisas e trabalhos desenvolvidos, ou seja, que o problema nutricional brasileiro é mais de ordem calórico que protéico, ou ainda, mais quantitativo que qualitativo. Segundo, há que se ressaltar que pelos dados refletirem a média do consumo e pelo fato dessa média ser baixa isso indica que parte da população não está conseguindo consumir alimentos de modo a satisfazer suas necessidades mínimas de calorias. Finalmente, embora as taxas de cobertura de proteínas indiquem uma situação de adequação, é de se estranhar que o cálculo das necessidades protéicas é bem baixo quando comparado com outras tabelas de requerimentos nutricionais. No entanto, mesmo admitindo-se uma subestimação nesse cálculo, a situação protéica é de qualquer forma menos grave que a calórica.

Analisando-se as principais fontes de fornecimento de calorias entre as regiões, observa-se que há uma certa semelhança na estrutura de consumo calórico nas regiões I, II, III, IV e VI. Pode-se notar que o grupo dos cereais é a mais importante fonte de calorias respondendo por quase 40% do total; o grupo dos óleos, gorduras, ovos, leite e queijo representam, aproximadamente, 20%, os açúcares e derivados 14% e carnes 8%.

Para essas regiões essas 4 fontes são responsáveis por 80% do total de calorias consumidas.

A estrutura de consumo da região V é bastante diferenciada das demais. O grupo dos cereais e o grupo dos tubérculos se igualam em termos da importância como fonte de calorias: cada um dos grupos representam $\frac{1}{4}$ do total de calorias. Como terceira fonte tem-se o grupo das leguminosas com 17%; já os açúcares contribuem com 11%. Essas 4 fontes perfazem 80% do total.

A principal diferença encontrada é, sem dúvida, a elevada importância do grupo dos tubérculos. Verifica-se que isso é feito em detrimento do consumo

principalmente do grupo dos óleos, ovos, leite, etc. e também do grupo dos cereais.

Outra região que apresenta uma estrutura de consumo calórica diferenciada é a VII: o grupo dos cereais é o mais importante fornecedor de calorias: 36% (valor próximo da média das outras regiões); a segunda fonte é a do grupo dos óleos, gorduras etc.: 17%. Nesse sentido a sua estrutura não é muito diferente das demais. No entanto, o grupo dos tubérculos é a terceira fonte representando 14% e em seguida o grupo das carnes e pescados com 11%.

Nessa região, o maior consumo relativo de tubérculos se dá sem grandes alterações nos demais itens. Nota-se uma menor importância do grupo dos açúcares, das leguminosas e dos ovos, leite e óleos.

No que diz respeito à estrutura do consumo protéico, pode-se observar que 4 grupos de alimentos são praticamente responsáveis pelo fornecimento das proteínas consumidas, a saber: cereais, carnes, leguminosas, ovos e leite, etc.

Existem algumas diferenças entre as regiões que merecem ser ressaltadas: a elevada participação das leguminosas nas regiões IV e V, sendo que nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo isso é feito em detrimento do item carnes e para o Nordeste a troca é com os cereais; a importância das carnes na região VII; nesse caso há uma menor participação tanto de ovos, leite, etc. quanto de cereais e leguminosas.

As Tabelas 4 e 5 complementam a análise acima apresentando a lista dos alimentos por ordem de importância no fornecimento de calorias e de proteínas, respectivamente.

As principais fontes de calorias são: arroz, açúcar, pão, feijão, óleos e carnes. Para proteínas os alimentos são: carnes, feijão, arroz, pão, leite, pescados, macarrão, ovos e milho.

Esses alimentos, tanto como fonte de calorias quanto de proteínas, chegaram a representar 70% do fornecimento de nutrientes, enquanto todos os alimentos dos Quadros 4 e 5 perfazem no mínimo 80% do total de calorias e proteínas consumidas.

Isso significa que arroz, feijão, carnes, pão, açúcar, óleo, pescado, macarrão e milho praticamente constituem a dieta básica da família brasileira e que essa dieta é comum a todas as regiões; os outros produtos da lista podem ser considerados como fornecedores marginais de nutrientes.

Em vista dessa homogeneidade observada vê-se que a discutida variação de hábitos alimentares não se verifica. É claro que varia o tipo de carne, de

TABELA 4

PRINCIPAIS ALIMENTOS CONSUMIDOS NO BRASIL POR ORDEM DE IMPORTANCIA
NO FORNECIMENTO DE CALORIAS

ALIMENTOS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL	MINAS GERAIS ESPIRITO SANTO	MARANHAO, PIAUI, CEARÁ, ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE, PERNAMBUCO, BAHIA, PARATIBA, SERGIPE	DISTRITO FEDERAL	RONDÔNIA, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, RORAIMA, GOIÁS, MATO GROSSO, AMAPÁ
Arroz	1	1	1	1	3	1	1
Açúcar	2	2	2	2	4	2	3
Pão de Trigo e biscoitos	3	5	8	7	5	4	4
Feijão	4	4	4	3	2	5	6
Óleos	5	3	9	9	9	3	7
Carnes	6	6	6	6	6	6	5
Leite fresco e Pasteuri- zado	7	7	10	10	8	7	
Macarrão de trigo	8	9				8	10
Banha de Porco	9	8	5	4			8
Farinha de Mandioca	10			8	1	10	2
Farinha de trigo		10	3				
Milho			7	5	7		
Outras leguminosas					10		
Margarina						9	
Pescados							9

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico, 1977.

TABELA 5

PRINCIPAIS ALIMENTOS CONSUMIDOS NO BRASIL POR ORDEM DE IMPORTANCIA
NO FORNECIMENTO DE PROTEINAS

ALIMENTOS	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL	MINAS GERAIS ESPIRITO SANTO	MARANHAO, PIAUI, CEARÁ, ALAGOAS, RIO GRANDE NORTE, PERNAMBUCO, BAHIA, SERGIPE, PARATIBA	DISTRITO FEDERAL	RONDÔNIA, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, RORAIMA, GOIÁS, MATO GROSSO, AMAPÁ
Carnes	1	1	1	2	2	1	1
Feijão	2	2	2	1	1	2	2
Arroz	3	3	3	3	3	3	3
Pão de trigo e Biscoitos	4	4	6	6	5	4	5
Leite fresco e Pasteurizado	5	5	5	5	7	5	6
Pescados	6	7	10	10	4	8	4
Macarrão de trigo	7	6	9	7		7	8
Ovos	8	8	8	8		6	10
Milho	9		7	4	6		
Vísceras	10						
Embutidos		9					
Queijos e outros derivados de leite		10				9	
Farinha de trigo			4				
Outras leguminosas				9	8		
Farinha de mandioca					9		9
Outras Carnes					10		
Leite Industrializado						10	7

Fonte: FIBGE - Anuário Estatístico, 1977.

feijão etc., porém o conjunto dos alimentos é o mesmo.

Pode-se colocar como exceção a farinha de mandioca principalmente na região V e na região VII e a farinha de trigo na região III.

A diferença fundamental é quanto à quantidade consumida de cada alimento em cada região: quanto mais pobre a região, mais pobre é sua alimentação. A Tabela 6 apresenta um retrato dessa situação e suas principais evidências são comentadas a seguir:

TABELA 6
QUANTIDADES CONSUMIDAS DOS PRINCIPAIS ALIMENTOS

ALIMENTOS	QUANTIDADE CONSUMIDA POR COMENSAL-DIA (G)						
	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	PARANÁ, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL	MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, ALAGOAS, RIO GRANDE DO NORTE, PERNAMBUCO, BAHIA, SERGIPE E PARÁIBA	DISTRITO FEDERAL	RONDÔNIA, ACRE, AMAZONAS, PARÁ, GOIÁS, MATO GROSSO, RORAIMA E AMAPÁ
Arroz	177	152	118	133	67	133	120
Açúcar	84	80	84	114	57	66	55
Pão de Trigo e Biscoitos	77	60	47	35	47	74	67
Feijão	54	55	61	70	85	56	40
Óleos	19	26	12	10	5	24	14
Carnes	85	77	82	48	51	83	81
Leite Fresco e Pasteurizado	128	140	155	114	74	162	56
Macarrão de Trigo	19	18	14	18	5	13	10
Banha de Porco	6	9	19	21	1	3	10
Farinha de Mandioca	15	3	10	24	120	6	65
Farinha de Trigo	4	9	67	6	1	4	2
Milho	3	4	7	12	28	5	11
Outras Leguminosas	1	2	1	5	10	1	1
Margarina	6	4	3	2	1	5	1
Pescados	21	11	10	4	22	7	47
Ovos	18	18	17	11	7	16	9
Vísceras	7	3	4	3	5	5	5
Embutidos	6	9	8	3	0	4	3
Queijos e Outros derivados de Leite	7	6	10	6	6	8	5
Outras Carnes	1	1	2	1	3	0	1
Leite Industrializado	3	4	2	1	2	4	6

Arroz -- nota-se um consumo acentuado em São Paulo -- 152 g per capita/dia, contrastando com as 67 g consumidas no Nordeste; para as demais regiões o consumo médio está em torno de 120 g.

Açúcar -- a região IV (Minas e Espírito Santo) apresenta um consumo de 114 g/dia, o dobro da região Nordeste e Norte e aproximadamente 30 g acima das demais.

Pão -- esse produto apresenta um elevado consumo no Rio de Janeiro e no Distrito Federal -- mais de 70 g; em São Paulo e no Norte mais de 60 g; para as demais regiões o consumo médio não atinge 50 g/dia.

Óleo e banha -- chama a atenção o baixo consumo desses produtos na região Nordeste, substancialmente menor que nas demais regiões (6 g contra 30 g).

Carnes e pescados -- considerando os dois alimentos em conjunto vê-se que a região IV tem um consumo médio que é a metade das demais regiões e que é na região Norte que se observa o maior consumo de carnes no Brasil -- 128 g/dia, basicamente devido ao pescado, já que o consumo de carnes é semelhante às demais regiões. O Nordeste também apresenta um baixo consumo de carnes -- 73 g.

Feijão — como no arroz, há um consumo acentuado do produto em todas as regiões, sendo que a média para o Nordeste é elevada frente às demais; em contraste, a região Norte apresenta o mais baixo consumo — 40 g.

Leite — esse produto apresenta uma variação acentuada de consumo para as diversas regiões: o Distrito Federal e a região Sul têm um consumo bem acima das demais regiões — mais de 150 g e contrasta com a região Norte e Nordeste que apresentam respectivamente 56 g e 74 g/dia.

Farinha de mandioca — esse produto atesta a pobreza da dieta média do nordestino: é impressionante a cifra de 120 g per capita/dia nessa região. Enquanto que nas demais regiões esse alimento complementa a refeição, no Nordeste a farinha de mandioca é perda principal dela.

Os demais produtos da tabela são consumidos em quantidades muito pequenas evidenciando, mais uma vez, que a dieta média do brasileiro é constituída de poucos produtos.

O custo dessa dieta é diferente para cada região, dependendo obviamente do sistema de produção, comercialização e distribuição dos alimentos e também da composição da cesta. Observa-se pela Tabela 7 que para as regiões mais desenvolvidas (I, II e III), o custo mensal de uma dieta, que como se viu só preenche os requerimentos mínimos, é mais alto: é necessário gastar cerca de 1,8 salários mínimos, enquanto para a região Nordeste é pouco mais de 1 salário mínimo. Isso é explicável principalmente pelo fato de que nesta região há uma preferência por alimentos mais baratos e também devido a que a cesta é composta de pouquíssimos produtos consumidos em pequenas quantidades; na região Nordeste

TABELA 7

DESPESA MENSAL COM ALIMENTAÇÃO POR FAMÍLIA (1974/75)

Despesas com alimentação	REGIÃO* I	REGIÃO* II	REGIÃO* III	REGIÃO* V
Cr\$	688,17	697,67	642,58	428,75
Desp. c/ alimen. / Salário Mínimo	1,82	1,85	1,74	1,14

- (*) Região I - Estado do Rio de Janeiro
 Região II - Estado de São Paulo
 Região III - Estados do: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
 Região V - Estados de: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia

FONTE: Estudo Nacional da Despesa Familiar (IBGE)

os 6 alimentos mais importantes fornecem 80% das calorias e proteínas.

Finalmente, falta relacionar os dados de renda da população brasileira com as condições nutricionais visando, de um lado, estimar a porcentagem da população potencialmente sujeita à desnutrição e, de outro, fazer a ligação entre os resultados médios e o perfil de distribuição de renda.

Como inexistem os dados de renda para o período de realização do ENDEF utilizar-se-á os dados da FIBGE comparando em termos reais a evolução da renda no período 1970/76.

Pela Tabela 8 observa-se que a renda média (em Cr\$ de 1970) dobrou no período 1970 a 1976, e mais que todos os percentis tiveram aumentos no período. Porém, os maiores aumentos foram para as

rendas mais altas e, em termos de distribuição de renda, tanto em 1970 como em 1976, mais de 80% da população economicamente ativa percebia uma renda abaixo da média.

Como foi visto, os dados de consumo de alimentos traduzidos em termos de calorias e proteínas mostraram que, salvo raríssimas exceções, todas as regiões estão com uma taxa de cobertura praticamente igual às suas necessidades.

É claro que a adequação nutricional depende fundamentalmente da renda recebida, porém depende também da composição familiar e do número de pessoas, da composição da cesta de alimentos e da composição do próprio orçamento familiar, etc. De qualquer forma pode-se admitir que uma grande parte da população que recebe abaixo da renda média difícil-

TABELA 8

COMPARAÇÃO DA RENDA MÉDIA POR GRUPOS DA POPULAÇÃO - BRASIL: 1970-1976

População Economicamente Ativa (Porcentagem)	Renda Média em Cruzeiros de 1970		Variação da Renda Média
	1970	1976	1970/1976
50% mais pobres	84,8	140,4	65,6%
30% seguintes	216,7	420,0	93,8%
15% seguintes	519,3	1.109,7	113,7%
5% seguintes	1.984,0	4.637,0	113,7%
Renda Média Total	282,0	594,0	110,8%

FONTES: Langoni, Carlos Geraldo e FIBGE-PNAD

Dados preliminares, resultado de pesquisa em andamento no INPES/IPEA sob a responsabilidade de Regis Bonelli e Paulo Vieira da Cunha

mente consegue manter o dispêndio médio em alimentação que assegura um estado nutricional adequado.

Um estudo do Banco Mundial sobre as condições nutricionais dos brasileiros, utilizando os dados do ENDEF, estima que por volta de 60% da população tinha uma dieta inadequada; desses, 34% tinham um déficit de até 400 calorias e o restante, déficits acima dessa marca.

Esses são os números que refletem a situação do grave problema social que é o alimentar, consequência, sem dúvida, da distribuição de renda existente no Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho sugerem que o problema da desnutrição é de ordem quantitativa; em outros termos, é de fome: grande parte dos brasileiros não consomem alimentos em quantidade suficiente.

Não é preciso insistir na relação que existe entre esse problema e o baixo poder aquisitivo da população. Assim, programas nutricionais consequentes devem, necessariamente, conter políticas que visem alterar as condições de pobreza no país, ou seja, políticas que tenham por objetivo elevar a renda real da população carente.

Quando, porém, a situação é de tal gravidade a ponto de atingir mais da metade da população brasileira, parece que faz mais sentido discutir o padrão de desenvolvimento econômico adotado.

O Brasil passou por um período de rápido crescimento econômico. No entanto, os dados de distribuição de renda atestam que esse crescimento bene-

ficiou apenas parte da população a ponto de, por exemplo, as taxas de mortalidade infantil crescerem no período.

Quando o salário mínimo — que não é suficiente sequer para cobrir as despesas mínimas com alimentação da família — permitir condições mínimas de vida, aí sim políticas educacionais poderão contribuir para solucionar o problema. Políticas que aumentem a renda nominal ou diminuam os preços dos alimentos certamente serão eficientes para reduzir a desnutrição.

Outra evidência deste trabalho é a constatação de que a cesta básica dos alimentos é composta de poucos produtos, na maioria não-industrializados e não revelam nenhum hábito irracional. No entanto, boa parte dos programas nutricionais oferecem aos beneficiários produtos (misturas) industrializadas que não respeitam os seus hábitos; os beneficiários do programa sequer são consultados a respeito do seu conteúdo. Não é preciso afirmar que há uma série de experiências desse tipo sem sucesso e que não resolveram os problemas nutricionais da população. Sabe-se também que os principais alimentos da cesta estão com sua produção estagnada há mais de 10 anos e alguns deles, inclusive, apresentam decréscimo em sua produção.

Essa é mais uma das facetas do padrão de desenvolvimento que faz com que a agricultura de exportação obtenha ganhos relativos maiores, em detrimento da agricultura voltada para o mercado interno.

Por essa razão, torna-se necessária a alteração no perfil de investimentos da sociedade e, portanto, do padrão de desenvolvimento, a fim de permitir condições mínimas de vida, principalmente no que se refere à alimentação, à maioria da população brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Edgar Luiz G. — Nível Alimentar, Renda e Educação — *Estudos Econômicos*, 7(2), São Paulo, IPE/USP, 1977.

ALVES, Edgard Luiz G. e VIEIRA, José Luiz T.M. — Evolução do Padrão do Consumo Alimentar da População da Cidade de São Paulo — *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 8(3), Rio de Janeiro, Dezembro de 1978.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos DIEESE — Nível Alimentar da População Trabalhadora da Cidade de São Paulo, *Estudo Sócio-Econômicos* — nº 1 — Julho de 1973.

MONTEIRO, Carlos Augusto — *A Epidemiologia da Desnutrição Protéico-Calórica em Núcleos Rurais do Vale do Ribeira* — Dissertação de Mestrado, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública/USP, 1977.

VIEIRA, José Luiz T.M. — *O Impacto da Renda no Estado Nutricional das Famílias Paulistanas*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEA/USP, 1976.

KIRSTEN, J.T. *Elasticidade-Renda da Demanda de Produtos Agrícolas: um ensaio econométrico*. IPE/USP, Abril, 1977 (mimeo).

! Recebido para publicação em maio de 1979!